

*Relatório e Contas*  
**2019**



**MISERICÓRDIA  
DE SANTO TIRSO**

# Índice

1 .	Corpos Sociais -----	04
2 .	Organograma Institucional -----	05
3 .	Mensagem Mesa Administrativa -----	06
4 .	Considerações Gerais -----	08
5 .	Demonstrações Financeiras -----	30
6 .	Análise -----	32
7 .	Anexos -----	39
	Anexo -----	
	Parecer do Conselho Fiscal -----	
	Certificação Legal das Contas -----	



# I. Corpos Sociais

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2019-2022

## MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

<b>Presidente</b>	- <b>Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Dr.</b>
<b>Vice-Presidente</b>	- José Pedro Castro Morêda Miranda, Dr.
<b>Secretários</b>	- António Lerenó Sousa Machado, Eng <sup>o</sup>

## MESA ADMINISTRATIVA

<b>Provedor</b>	- <b>José dos Santos Pinto</b>
<b>Vice-Provedor</b>	- Hélder Roberto Vilela Araújo, Eng <sup>o</sup>
<b>Secretária</b>	- Maria Teresa Andrade Polónia, Dra.
<b>Tesoureiro</b>	- Ricardo José Salvador Batista, Dr.
<b>Vogais</b>	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres, Dra. - Duarte Manuel de Faria Gonçalves, Dr. - Lucília Maria Costa Afonso, Dra.

**Substitutos** José Luis de Sousa Marques

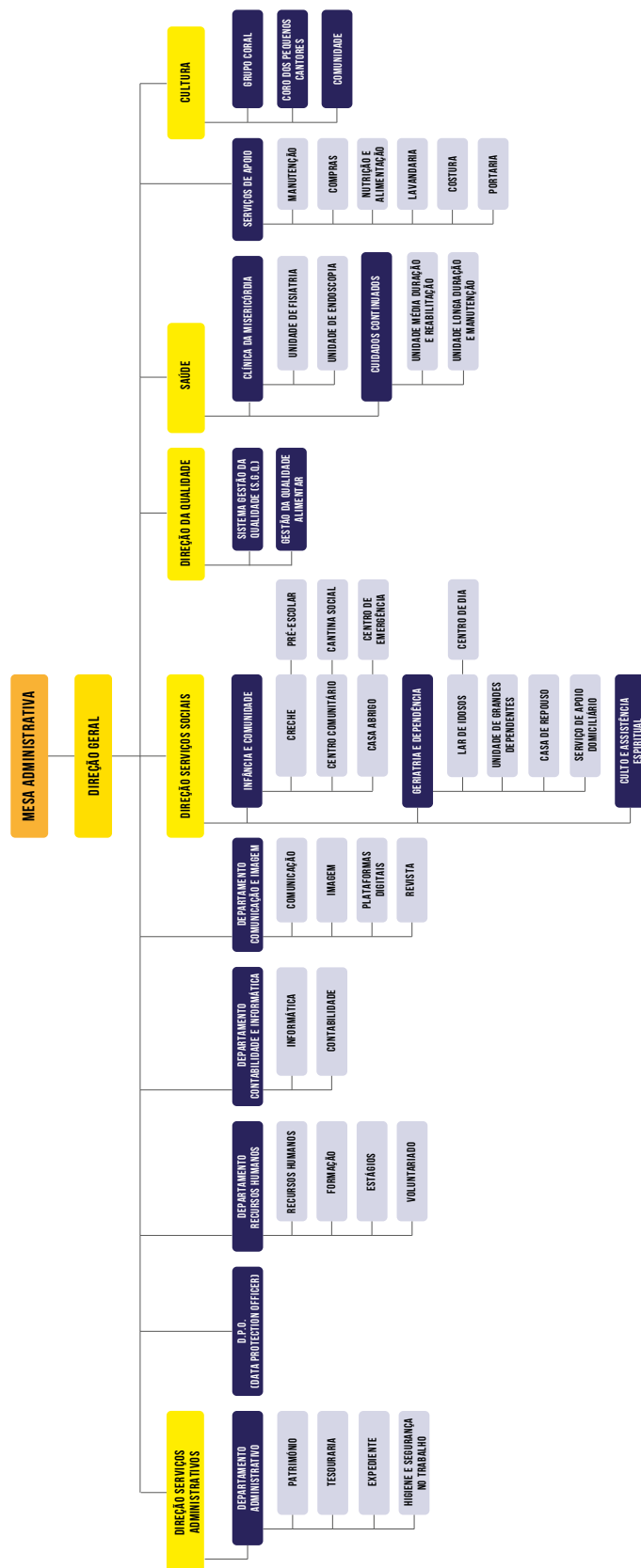
## CONSELHO FISCAL

<b>Presidente</b>	- <b>António Jorge Pereira Ribeiro, Dr.</b>
<b>Vice-Presidente</b>	- Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Eng <sup>o</sup>
<b>Secretário</b>	- Albino Agostinho Martins Sousa, Eng <sup>o</sup>

**Substitutos**

- Sérgio Miguel Azevedo Carneiro
- Emílio Castelar Oliveira
- Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

## 2. Organograma Institucional





### 3. Mensagem da Mesa Administrativa

No Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019 era dito:

“Tudo é possível! O impossível apenas demora mais...”

Efetivamente alcançámos tudo a que nos tínhamos proposto, ficando os alicerces para o impossível, pois isso demora um pouco mais...

O contexto político e económico do país não foi favorável a quem trabalhou o social, a educação e a saúde.

Vivemos um tempo em que o Estado parece algo confuso entre prestar os serviços ou deixar-se substituir por quem o saiba fazer de forma eficiente e eficaz.

Como sempre, tivemos de ser inquietos, empreendedores, imaginativos, inovadores, positivos, entre outras coisas, para atingirmos os objetivos a que nos propusemos.

Através dos nossos serviços, estivemos disponíveis para cerca de 2500 utentes dia, contando com a indispensável colaboração e empenho de 350 colaboradores, tendo um encargo com remunerações de € 5.063.839,88 e um investimento de € 740.357,83.

Em suma,

- Continuámos a promover respostas e iniciativas adequadas à prossecução dos nossos fins e às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e proteção de grupos sociais mais vulneráveis;
- Empenhámo-nos todos os dias na melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, potenciando a melhoria contínua em conjunto com os nossos colaboradores, parceiros e entidades envolvidas na nossa ação, de modo a sermos reconhecidos como entidade local preponderante nas nossas áreas de intervenção;

- Os valores e princípios orientadores da ação da instituição são inspirados nas catorze obras de Misericórdia de proteção e promoção da humanidade, na dimensão espiritual e corporal. A sua atuação baseia-se no respeito pela dignidade humana; ética, responsabilidade e competência profissional; humanização dos serviços prestados; idoneidade, isenção, rigor e sustentabilidade; criatividade, inovação e qualidade.

Tenhamos, pois, forças para continuar esta nossa missão.

O Provedor





## 4. Considerações Gerais



Os RH de uma empresa ou instituição são ativos intangíveis que, outrora relegados, têm hoje reconhecidamente uma associação direta com o Sucesso Organizacional. Neste contexto, o Capital Humano destaca-se como o elemento central. Não falamos das pessoas em si mesmas, mas de tudo o que colocam ao serviço da organização: habilitações e formação, competências, experiência, atitude, grau de comprometimento.

A Misericórdia de Santo Tirso, enquanto entidade que cuja atividade central é a prestação de serviços, tem nos seus recursos humanos (os/as colaboradores/as) a chave para o sucesso dos seus serviços.

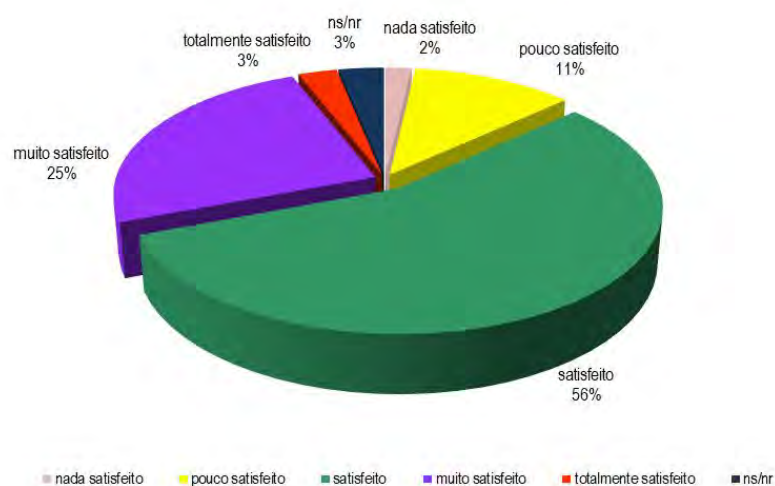
Foi num contexto de oportunidade e de reconhecimento da grande importância deste domínio, que em 2019 se deu a reorganização do Organigrama Institucional, autonomizando-se o Departamento de Recursos Humanos (ao qual se agregaram as áreas de Formação, Estágios e Voluntariado). Esta medida espelha com clareza o entendimento e a assunção de que é neste âmbito que encontramos o nosso maior e mais relevante Valor: as pessoas.

Na continuidade de anos anteriores, também em 2019 a Misericórdia continuou a primar pela antecipação no reconhecimento e valorização dos/as seus/suas colaboradores/as, como ilustram os exemplos que se seguem:

- Remuneração mínima acima da remuneração mínima nacional;
- Atualização proporcional dos escalões de vencimento;
- Atribuição de 3 dias extra de férias (associados à assiduidade);
- Atribuição de dia de aniversário (associado à avaliação anual de desempenho);
- Protocolos e parcerias interinstitucionais e com empresas para benefícios e regalias;
- Aulas de Pilates Clínico gratuitas;
- Grupos de trabalho RH e Consumos constituídos por colaboradores/as representantes dos vários serviços/valências no sentido de promover a participação ativa dos/as colaboradores/as em atos de gestão operacional nomeadamente ao nível dos recursos e da promoção do bem-estar e da satisfação no local de trabalho.

A excelência na gestão de RH exige uma leitura eficaz da cultura e do contexto organizacionais e atinge-se com a melhoria contínua do clima organizacional (bem-estar, confiança, compromisso, sentido de justiça) assente, nomeadamente, na promoção de boas práticas de liderança e do desenvolvimento pessoal/individual.

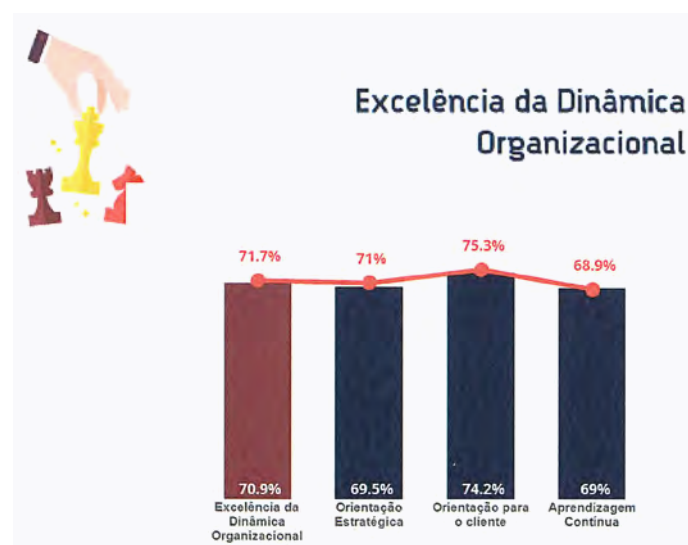
Mantendo-se o pressuposto essencial de avaliar a satisfação dos colaboradores, foi mais uma vez posto à disposição o respetivo inquérito, ao qual responderam 218 Colaboradores, cerca de 63% do total, com os seguintes resultados:

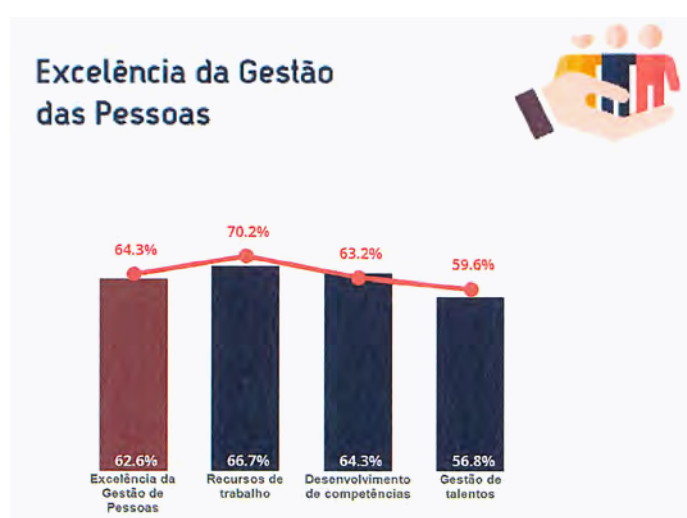
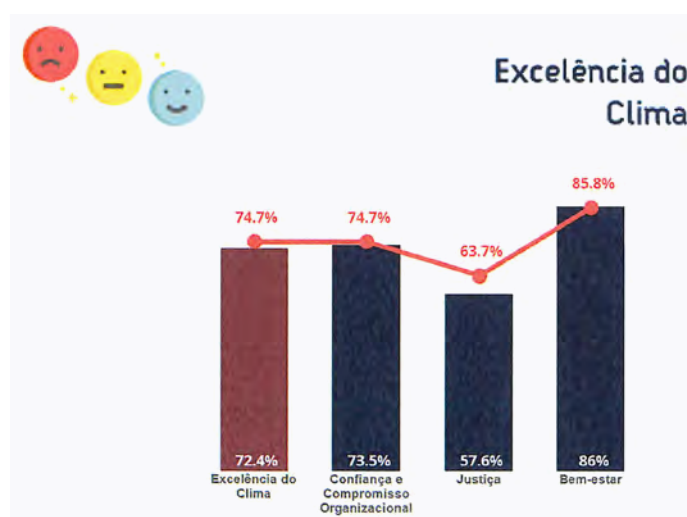
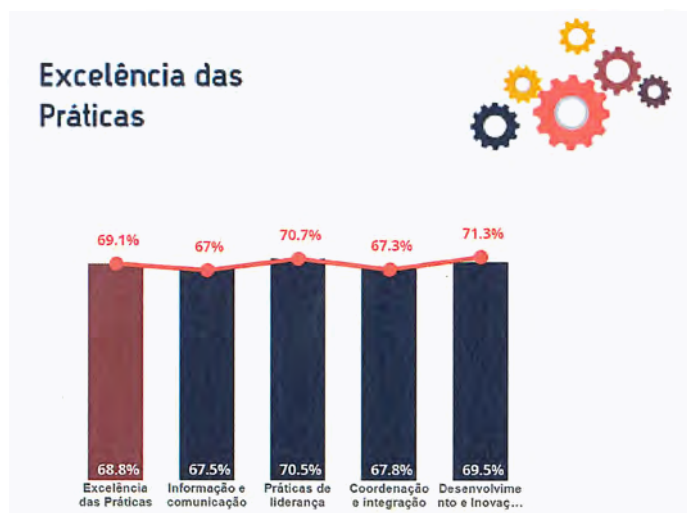






Com o objetivo de validarmos o nosso processo interno de avaliação da satisfação dos/as colaboradores/as e de (re)desenharmos um trajeto coerente com base numa avaliação externa isenta, participamos no “Índice de Excelência 2019”. Tratou-se da 4ª edição de um estudo nacional de clima organizacional e desenvolvimento do Capital Humano desenvolvido pela Neves de Almeida | HR Consulting em parceria com a Human Resources Portugal e o INDEG-ISCTE. Este estudo permitiu-nos a oportunidade de identificar áreas fortes e de melhoria na gestão do ativo humano e, com a informação sobre os resultados nas várias dimensões de excelência analisadas, avaliar o nível de excelência das nossas práticas de Capital Humano. Os resultados estão resumidos no quadro abaixo (ressalva-se que fomos a única Misericórdia a participar deste estudo e que integramos o setor das Grandes Empresas e Entidades Públicas, neste caso, por ausência de alternativa mais ajustada).





Por fim, no ano em análise, foram desenvolvidas 70 ações formativas, foram acolhidos 33 estagiários e participámos em 4 estudos de âmbito universitário.



Desde o início de 2015, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso (ISCMST) encetou um esforço quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista de recursos humanos para iniciar a sua transformação digital.

Desde essa altura, têm sido realizados inúmeros investimentos em equipamentos como servidores, storages (armazenamento), sistemas de segurança perimetral (firewalls), WIFI, computadores, sistemas de informação e mesmo no reforço dos recursos humanos da área tecnológica, permitindo assim recuperar vários anos de atraso tecnológico que se faziam sentir em todas as dimensões da instituição.

No decorrer dos últimos anos, foi necessário criar uma infraestrutura sólida suficientemente escalável e resiliente capaz de responder de forma assertiva a todos os desafios de crescimento e transformação digital que os novos tempos permitiam adivinhar.

Com a infraestrutura de sistemas consolidada, foi possível iniciar-se de forma segura e devidamente planeada a estratégia de transformação digital previamente alinhada com a estratégia tecnológica da ISCMST.

Foram também feitos investimentos na própria infraestrutura de comunicação, com a mudança de tecnologia para fibra ótica e o conseqüente aumento da largura de banda de dados entre os vários edifícios da ISCMST e no próprio acesso à Internet que duplicou a sua velocidade.

Esta melhoria de infraestruturas quer de sistemas, quer de comunicações permitiu

incrementar a estabilidade dos sistemas de informação, com uma redução drástica nas falhas, passando a existir tempos de disponibilidade de sistemas centrais próximas de 99.9%.

Foi possível desmaterializar processos até então suportados exclusivamente em papel, como por exemplo os pedidos de suporte (manutenção e informática), os documentos e procedimentos no âmbito da área da Qualidade, os livros de atas, as comunicações internas, entre outros. Assim, foi possível acelerar todos estes processos, dando uma resposta em tempo útil aos serviços cuidadores, bem como, criar métricas (KPI) que permitem pedir a qualidade dos serviços prestados.

Surgiram também novas ferramentas como o Office 365, com um conjunto de funcionalidades, até então inexistentes e a disponibilização das mesmas no exterior da ISCMST, a INTRANET que permite uma divulgação Institucional imediata que até então era assegurada por suporte em papel, uma plataforma de Questionários Online, a Rede Social Corporativa YAMMER, uma ferramenta também corporativa e colaborativa para acesso remoto e partilha de conteúdos entre equipas TEAMS, entre outras.

Estão neste momento em planeamento e com fim previsto para 2020, duas novas plataformas para a desmaterialização de processos, nomeadamente para a desmaterialização das faturas (área financeira) e ainda a desmaterialização dos processos relativos à área da Nutrição.

No final de 2019, e numa linha estratégica de aproximação ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi feito um novo investimento no Sistema de Informação Clínico e Administrativo do SNS, o SONHO e o SClínico. Para o efeito foram adquiridos novos servidores e sistemas específicos para estes sistemas que estão agora a ser preparados pelo SNS para que possamos integrar com o sistema de informação do SNS no que diz respeito aos cuidados de saúde.

Esta aposta permite uma integração dos sistemas de informação da ISCMST com os sistemas de informação do SNS, através dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), permitindo que possamos usufruir de inúmeras ferramentas como a Prescrição Eletrónica Médica, a Plataforma de Dados da Saúde, o Registo Nacional do Utente, etc., colocando a ISCMST um passo a frente nos cuidados e serviços prestados aos seus utentes e tornando-se desta forma um parceiro preferencial para o SNS pelo nível de integração obtido.



Este projeto, está a decorrer neste momento e prevê-se que possa estar terminado ainda no primeiro semestre de 2020.

Em finais de 2018 e com grande foco em 2019 e que será mantido para 2020 e anos seguintes, a ISCMST, apostou também na Segurança da Informação e confidencialidade dos dados. Foi nomeado formalmente um Encarregados de Proteção de Dados (EPD) com o objetivo de garantir a compliance da ISCMST com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Todos os documentos e formulários existentes foram alvo de uma avaliação e reajuste para garantir que não violavam as regras do RGPD, bem como, redesenhados alguns processos para garantir essa mesma confidencialidade.

Foram já várias as ações de sensibilização realizadas na ISCMST no âmbito da segurança da informação e confidencialidade dos dados que cobriram a totalidade dos colaboradores, garantindo assim uma melhor adequação dos processos de trabalho de cada um a este novo paradigma.

Estão também disponibilizados vários conteúdos informativos na INTRANET para consulta por parte de todos os colaboradores. Foi ainda disponibilizado um e-mail para que os colaboradores possam utilizar e clarificar quais dúvidas sobre o RGPD, cuja resposta é assegurada pelo EPD.

Foram ainda elaborados documentos estratégicos como a Política de Segurança da Informação ou o Regulamento Interno que estão disponíveis para consulta corporativa na plataforma da Biblioteca Online (DOCS), bem como outros documentos estratégicos que regulam as diversas áreas da ISCMST.

Todo este incremento plataformas e novas funcionalidades que facilitam e otimizam o trabalho diário de cada colaborador, permitindo que este possa prestar um serviço de excelência aos utentes que todos os dias procuram a ISCMST, implicou também um reforço da equipa de Informática, contando agora com um elemento a tempo inteiro que garante uma resposta mais eficaz aos constrangimentos inerentes à utilização dos sistemas.

Em finais de 2019, foi ainda possível criar um sistema de backups (cópias de segurança) centralizado para todos os sistemas centrais, necessidade há muito tempo identificada, mas que nunca tinha sido possível implementar uma vez que os sistemas existentes não permitiam essa centralização, nem a ISCMST dispunha de recursos adequados para o efeito.

Ainda no final de 2019, foi iniciado um novo projeto de requalificação de toda a infraestrutura de Dados e Rede telefônica da Casa de Repouso de Real, capacitando todos os quartos e salas comuns com infraestrutura adequada para suportar computadores ligados à Internet.

Utilizando a mesma infraestrutura permitiu ainda acomodar o novo sistema de campainhas (chamada de enfermeira) e ainda, reformar o sistema de telefones internos, passando agora a disponibilizar a sinalização por IP, ainda que mantendo os terminais analógicos nesta fase.

O ano de 2019 foi marcado por um conjunto de investimentos e posicionamentos estratégicos que permitiram criar os alicerces para alavancar de forma definitiva a transformação digital da ISCMST.



Para além das atividades de monitorização do Sistema de Gestão da Qualidade, que nos dão sinais de ajustado funcionamento, asseguramos a manutenção do certificado da APCER de conformidade com a Norma ISO 9001:2015 em todas as Valências Sociais e nos serviços de suporte.

Em 2019 foram realizadas duas auditorias ao SGQ:

- Auditoria Externa pela APCER, 22 e 23 de Maio, sem Não Conformidades apontadas, 3 Áreas Sensíveis e 12 Oportunidades de Melhoria;
- Auditoria Interna por 2 auditoras internas, em 21, 22 e 23 de Outubro, também sem Não Conformidades, 1 Área Sensível e 16 Oportunidades de Melhoria.

Outros momentos decorreram de avaliação técnica das respostas sociais, nomeadamente pelo Centro Distrital de Segurança Social, que em 2019 realizou visitas de acompanhamento ao Lar José Luíz D'Andrade, Centro de Dia, Centro Comunitário e Casa Abrigo.

Na sequência de alterações orgânicas e maturidade do SGQ, a estrutura documental está a ser revista e introduzida no DOCS, primeiramente os modelos/registos, e em fase posterior, procedimentos de gestão, instruções de trabalho, regulamentos, entre outros que se afigurem importantes para a melhorar a eficiência da organização.



“À gestão de dados pessoais e a toda dinâmica de tratamento que envolve a aplicação dos vários diplomas legais e regulamento que fundamentam o seu cumprimento, podemos e devemos aplicar o conceito de gestão, especialmente se optarmos por um conceito que aposte em tirar o melhor proveito da estrutura operacional da nossa organização aliado ao uso eficiente e coerente das novas tecnologias e elementos humanos para que estes sejam, no âmbito das suas funções e capacidades, regidos pelo superior interesse e respeito pelos direitos dos vários titulares de dados com os quais a Instituição articula.”

“Desafio da Gestão dos Dados Pessoais”, Edição nº38, Revista da Misericórdia

No ano de 2019, foram entre outras, desenvolvidas as seguintes atividades:

- Alteração de documentos existentes para efeitos de cumprimento legal:
  - Mod.254/1- Compromisso ético;
  - Inclusão da Política de Privacidade no Manual do Colaborador;
  - Contrato de Prestadores de Serviço - cláusula de salvaguarda no âmbito do RGPD.
- Sensibilização e formação aos colaboradores em virtude da alteração do Mod.254/1 e reciclagem dos conteúdos abordados no Workshop de Segurança realizado em 2018:





Valências	Nº Colaboradores
Unidade de Cuidados Continuados	5
Clínica de Fisiatria	18
Casa de Repouso de Real	52
Jardim de Infância	24
Lar Dra. Leonor Beleza	29
Lar José Luiz d'Andrade	36
Centro Comunitário de Geão	9
Casa Abrigo	8
Serviço de Apoio Domiciliário	16
Outros Serviços	4º
TOTAL	237

- Comunicação de violação de dados ocorrida a 08.03.2019 junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (ainda não foi obtida qualquer resposta por parte deste entidade à comunicação realizada);
- Inclusão de aviso legal nos endereços institucionais;
- Nova solicitação por ofício aos Irmãos da Instituição a propósito da solicitação de Consentimento de dados pessoais, sendo que até à data foram entregues cerca de 227 consentimentos;
- Criação de separador na Intranet institucional a propósito do RGPD e Cibersegurança (em fase de enriquecimento de conteúdos);
- Criação e distribuição de instrução de trabalho (IT33- Violação de Dados) sobre os procedimentos a observar no que respeita à deteção, notificação e comunicação de uma violação de dados pessoais;
- Realização de ação de formação- “Nova Lei de Proteção de Dados Pessoais” pelo DPO/EPD com a duração de 8 horas;
- Apresentação de proposta à Direção Geral para a realização de Auditoria de Diagnóstico à implementação do RGPD na Instituição.



Demos início à construção de mais uma Unidade de Cuidados Continuados, com a capacidade de 36 camas, sendo 34 objeto de contratualização com a A.R.S. – Norte, ficando 2 camas para negociação com privados, nomeadamente seguradoras.





Avançámos com a remodelação e reabilitação do Bairro da Misericórdia, 4 destas moradias, de tipologia T2, encontram-se em fase de conclusão.

A nossa aposta na qualidade passa pela constante renovação e remodelação dos espaços atualmente existentes. O objetivo de proporcionarmos a melhor comodidade, conforto e assistência aos nossos utentes é um objetivo permanente.

O investimento no ano de 2019 foi de € 740.357,83.





Dando cumprimento à nossa missão, durante o ano de 2019 estivemos disponíveis para responder a qualquer projeto ou desafio, desde o social à saúde, passando pela educação, sempre com espírito inquieto, criativo e inovador.

Neste contexto, promovemos respostas e iniciativas adequadas à prossecução dos nossos fins e às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo assim para o desenvolvimento local e proteção de grupos sociais mais vulneráveis.

De toda a atividade desenvolvida, destacam-se os seguintes projetos:

- Programa de estimulação cognitiva nas valências residenciais;
- Candidatura PROCOOP para revisão de acordo Casa Abrigo;
- Carta Compromisso 13 Vagas de Emergência – Casa Abrigo;
- Carta Compromisso Verbas de Autonomização – Casa Abrigo;
- Candidatura ao Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC, que consiste na distribuição mensal de alimentos a pessoas sinalizadas pelo Centro Comunitário de Geão;
- Protocolo Cantina Social;
- Carta Compromisso “A Escola vai à Casa Abrigo”;



- Competências digitais - programa dirigido aos nossos utentes – Protocolo com a Câmara Municipal;
- Comemoração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres:
  - Exposição Fotográfica Marias sem Medo;
  - Palestra “O Amor é “ – Júlio Machado Vaz.
- “Felicidário mensal” para as valências residenciais (iniciativas que estimulam prazeres e memórias comuns aos utentes) e definição de “Felicidário Individual” (tendo em conta desejos auscultados de cada utente);
- Boccia Sénior – alargamento do tempo da atividade - Protocolo com a Câmara Municipal;
- Curso de alfabetização, promovido pelo Núcleo Local de Inserção;
- Formação do Centro de Emprego (Curso Técnico Auxiliar de Saúde);
- Iniciativa Intergeracional mensal “Avós e Netos”, promovendo a troca de experiências entre valências e utentes;
- Tema do Projeto Pedagógico da Instituição 2019/20 - “Felicidade: Sonhos, Metas e Realidade”;
- Candidatura às Unidades de Dia e Promoção de Autonomia – 50 vagas, estas são unidades vocacionadas para a reabilitação intensiva e treino cognitivo para a prevenção de demências;
- Alargamento de 1 cama na Unidade de Média Duração e Reabilitação;
- Alargamento de 1 cama na Unidade de Longa Duração e Manutenção;
- Candidatura ao projeto EDP- Saúde;
- Candidatura à Frota Montepio;
- Prestação de serviços a hospitais do SNS na realização de MCDT’s e tratamentos de medicina Física e Reabilitação;

- Proposta de fornecimento de serviços na área do internamento a hospitais do SNS;
- Consolidação de parcerias na área da saúde com seguradoras, na área da Medicina Física e na área do internamento;
- Início da construção da Nova UCC com capacidade instalada de 34 Camas para a RNCCI e 2 camas particulares;
- Consolidação de tratamentos inovadores na área da Incontinência.



Em 2019 a Misericórdia de Santo Tirso reforçou as suas preocupações na preservação do meio ambiente, incluindo na sua agenda uma crescente aposta em estratégias relacionadas com a sustentabilidade ambiental:

- Criação de novos Grupos de Trabalho na área dos consumos procurando a racionalização da utilização de energia promovendo boas práticas e comportamentos mais sustentáveis junto de colaboradores e utentes;
- Consciencialização dos hábitos de consumo, alertando para o impacto ambiental e económico da utilização eficiente de energia através de iniciativas de sensibilização dirigidas a utentes e colaboradores;
- Renovação gradual de equipamentos tecnológicos com a aposta crescente em materiais e tecnologia “verde”;
- Substituição progressiva de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de baixo consumo;
- Instalação de sensores de presença/temporizadores;
- Aplicação de redutores de fluxo de água em torneiras, chuveiros e autoclismos;
- Reabilitação da valência Casa de Repouso de Real com renovação da caixilharia existente (portas e janelas) de modo a melhorar o isolamento do edifício e consequentemente a eficiência energética. Medida esta, já levada a cabo em anos

recentes, no Lar José Luiz d'Andrade com a substituição de caixilharia (janelas e portas) e aplicação de capoto, mas que devido aos elevados custos associados, apenas poderá ser expandida para outras valências de forma bastante gradual e de acordo com as maiores necessidades de cada edifício;

- Consciencialização para a utilização do papel e outros materiais descartáveis;
- Utilização de Sistema de Gestão de Resíduos fazendo a devida separação de materiais para reciclagem e resíduos biológicos;
- Registo no SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente) para controlo de resíduos onde são validados guias eletrónicas de recolha de resíduos hospitalares, óleos alimentares, embalagens, vidro, papel e cartão, plástico e componentes perigosas retiradas de equipamentos.

Em 2019, a instituição foi mesmo distinguida com o 1º lugar no concurso “Amarelo Por Um Sorriso” (prémio atribuído no valor de 862,50€), promovido pela RESINORTE, relacionada com a entidade com maior quantidade de plástico e metal entregue.

A instituição acredita que esta aposta continua em políticas de sustentabilidade ambiental conduzirá não apenas a benefícios ambientais, como também proveitos económicos, sociais e culturais tanto a curto como a médio e longo prazo.





O Departamento de Comunicação e Imagem foi criado com o objetivo de assegurar o desenvolvimento da política de comunicação interna e externa da Misericórdia, pois o crescimento da instituição e a constante necessidade de aproximação com o grupo alvo obriga a uma atualização constante da sua rede de comunicação.

É o responsável pela promoção da imagem institucional, da sua identidade visual, impressa e digital aproximando-se de diferentes públicos através das Redes Sociais, Site institucional, Revista da Misericórdia, Newsletter, Emails e Imprensa. Pretende-se uma comunicação fluída, positiva e ativa capaz de divulgar a dinâmica interna junto da Comunidade, Irmãos, Utentes, Familiares, Colaboradores e Parceiros institucionais.

Como instrumento complementar ao Plano Estratégico da instituição, foi criado um Plano de Marketing que ao mesmo tempo que mantém uma linha orientadora coerente com a nossa missão, consolida a necessidade de aproximação da instituição com o exterior e com diferentes agentes sociais, indo ao encontro da notoriedade e da sustentabilidade organizacional.

Assim, com o intuito de projetar uma imagem contemporânea e num reforço da nossa marca junto do público, em 2019 foi implementado um plano de ação que envolveu a criação/organização/participação num conjunto de dinâmicas, a saber:

Grande aposta na Comunicação através das Redes Sociais e Plataformas Online:

- Criação de 2 novas páginas: LinkedIn (fevereiro) e Instagram (abril);
- Gestão de conteúdos da Página Facebook;
- Gestão de conteúdos da página de Intranet e Yammer;
- Criação de Newsletter dirigida aos Irmãos da Instituição (novembro);
- Gestão de conteúdos do Site institucional;
- Criação de Vídeos promocionais (Consignação IRS, divulgação de Serviços da Clínica Fisiatria e Endoscopia, comemoração do Dia Mundial da Alimentação);

Aposta na Comunicação Imprensa/Visual:

- Edição dos números 37 e 38 da Revista da Misericórdia;
- Produção e publicação de notícias divulgadas em diferentes media (jornais locais; JN e Voz das Misericórdias);
- Conceção e apoio de suportes, garantindo o design e a atratividade dos mesmos em diferentes contextos: Cartazes de divulgação, Banner, K- line e Sinalética nas valências;

Organização de Eventos/Momentos de aproximação com diferentes instituições e públicos:

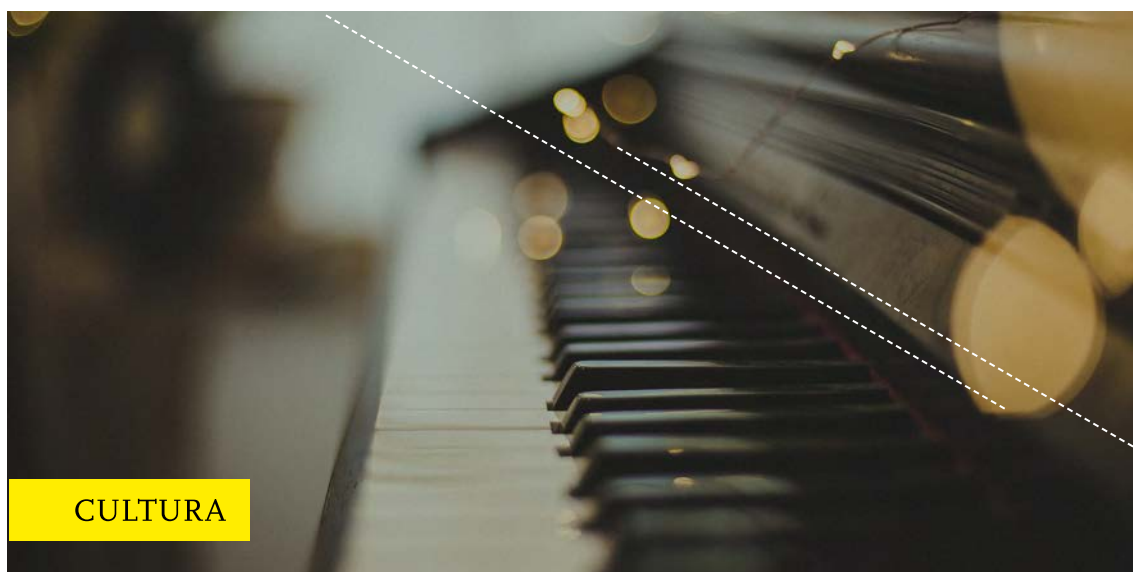
- Organização da Visita do Instituto da Segurança Social do Porto à Misericórdia;
- Participação no Seminário promovido pela SCM Pernes “Comunicação e Misericórdia”, apresentando a evolução da Comunicação e Imagem da instituição nos últimos 20 anos;
- Comemoração do 134º Aniversário;
- Organização da Participação dos Colaboradores no Desfile das Associações;
- Organização da Cerimónia de lançamento da Primeira Pedra da Nova Unidade de Cuidados Continuados;



- Organização do Rastreio Visual e Auditivo;
- Organização da Palestra “O Amor É” com Júlio Machado Vaz;
- Organização do Jantar de Natal dirigido a Colaboradores da Instituição.

O apoio na rentabilização de espaços culturais, traduzidos na disponibilização do Auditório “Centro Eng.º Eurico de Melo” sofreu uma interrupção em 2019, uma vez que as necessárias obras de requalificação do espaço ainda não foram concluídas, destinando-se apenas para ocupação interna.

O ano de 2019 serviu também de consolidação para o Departamento de Comunicação e Imagem pois a partir de setembro registou-se uma centralização de funções (as áreas de Formação e Voluntariado foram integradas noutra departamento diferente), permitindo uma aposta em exclusividade nesta vertente e uma maior rentabilização dos objetivos propostos.



A cultura é para nós uma área de referência e mereceu a nossa melhor atenção.

Como já referido anteriormente, iniciámos as diligências para avançarmos com a remodelação e renovação do Auditório do Centro Eng.º Eurico de Melo.

O nosso grupo coral continuou a ser um divulgador do nome da Misericórdia e do concelho de Santo Tirso, dentro e fora do país. Continuámos a tentar encontrar mecenas que ajudem a financiar esta atividade, não podemos deixar de referir, que até á presente data, não houve qualquer outro tipo de apoio.

Como habitual estivemos disponíveis para a comunidade e, apesar de nos encontrarmos com o Auditório inativo para determinado tipo de eventos, dinamizámos e divulgámos eventos através das nossas outras estruturas (Sala Multiusos, Centro Comunitário de Geão, etc.).

A nossa Visão Estratégica é direcionada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade através da atualização do modelo de gestão organizacional, potenciando a melhoria contínua junto dos nossos colaboradores, parceiros e entidades envolvidas na nossa ação, de modo a sermos reconhecidos como entidade local preponderante nas nossas áreas de intervenção.

Este é o nosso desiderato todos os dias e como tal, também nos moveu em 2019.



## 5. Demonstrações Financeiras

IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE Sº TIRSO

NIF 500 852 502  
MOEDA EUROS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-19	31-dez-18
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	32 582 951,86	32 564 037,01
Activos intangíveis	5		1 723,22
Outros Investimentos financeiros		35 181,52	27 414,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		<b>32 618 133,38</b>	<b>32 593 175,08</b>
Activo corrente			
Inventários	7	38 424,18	35 338,01
Creditos a Receber	15.4	409 150,15	376 492,29
Estado e outros entes públicos	15.2	63 566,30	128 267,47
Fundadores /Beneméritos/Doadores/Associados/Membros	15.3	3 140,00	2 715,00
Diferimentos	15.6	4 780,00	3 280,00
Outros Ativos Correntes	15.5	173 717,22	160 656,24
Caixa e depósitos bancários	15.7	594 267,56	710 151,64
		<b>1 287 045,41</b>	<b>1 416 900,65</b>
<b>Total do activo</b>		<b>33 905 178,79</b>	<b>34 010 075,73</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais	15.8		
Fundos		3 117 461,88	3 117 461,88
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		3 204 246,16	3 424 121,32
Excedentes de revalorização		20 449 706,76	20 755 234,77
Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais		4 105 623,19	4 270 688,73
		<b>30 877 037,99</b>	<b>31 567 506,70</b>
Resultado líquido do período		-550 449,98	-525 403,17
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>30 326 588,01</b>	<b>31 042 103,53</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	1 165 423,86	907 415,85
Provisões específicas			
Locações financeiras / passivo corrente	11	30 586,54	31 292,26
Outras dividas a pagar			
		<b>1 196 010,40</b>	<b>938 708,11</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	427 276,58	394 138,12
Adiantamentos de Clientes		412 693,77	387 300,15
Estado e outros entes públicos	15.2	244 072,51	210 335,84
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		184 770,13	254 350,05
Diferimentos	15.6	8 957,39	10 460,29
Outras contas a pagar	15.10	1 104 810,00	772 679,64
Outros passivos financeiros			
		<b>2 382 580,38</b>	<b>2 029 264,09</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3 578 590,78</b>	<b>2 967 972,20</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>33 905 178,79</b>	<b>34 010 075,73</b>

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

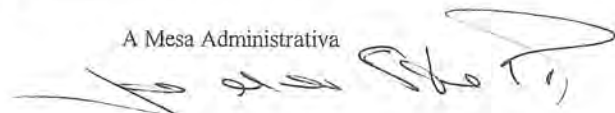
IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S<sup>o</sup> TIRSO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte 500 852 502

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	8	3 421 897,26	3 326 961,78
Subsídios à exploração	10	2 862 265,83	2 779 221,53
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	685 690,44	655 534,47
Fornecimentos e serviços externos	15.12	1 295 346,61	1 262 310,28
Gastos com o pessoal	12	5 063 839,88	4 805 934,73
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		6 894,61	151,86
Provisões (aumentos/reduções)	9	258 008,01	372 671,05
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	15.13	1 186 804,65	1 143 449,16
Outros gastos	15.14	91 904,13	66 982,51
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>		<b>69 284,06</b>	<b>86 047,57</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		618 166,60	608 747,77
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-548 882,54</b>	<b>-522 700,20</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	15.15	1 396,02	2 023,72
Juros e gastos similares suportados	15.15	2 963,46	4 726,69
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-550 449,98</b>	<b>-525 403,17</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-550 449,98</b>	<b>-525 403,17</b>

A Mesa Administrativa



O Contabilista Certificado





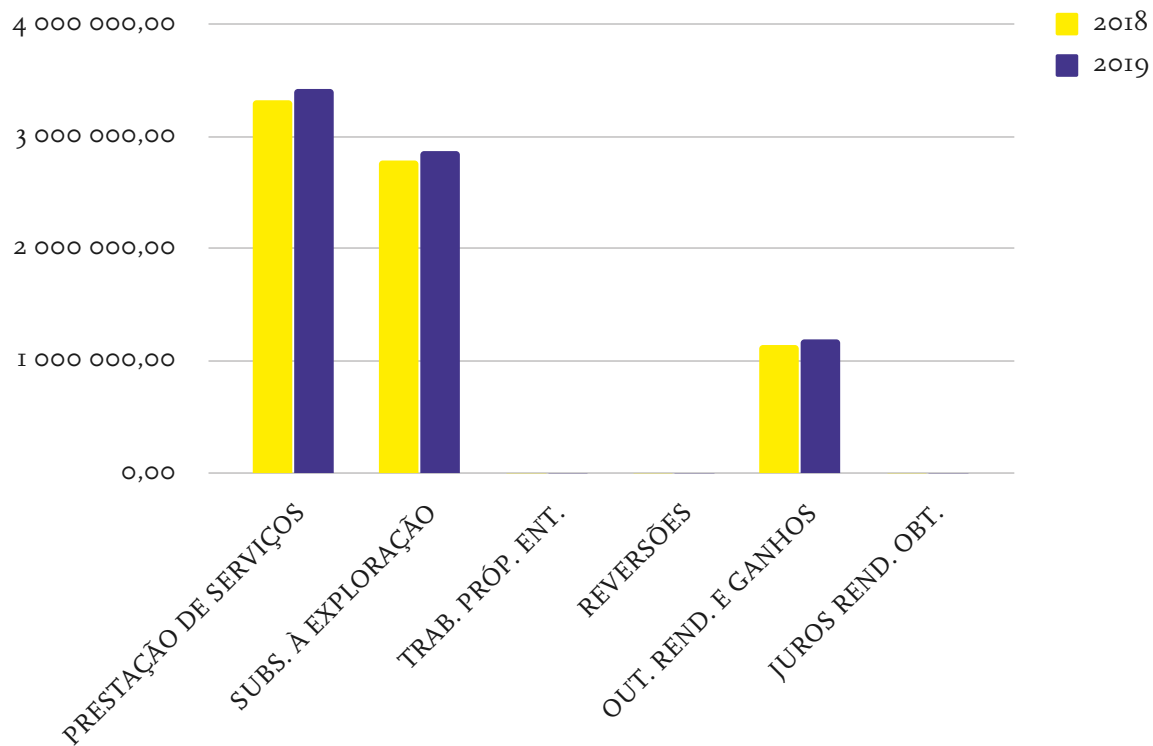
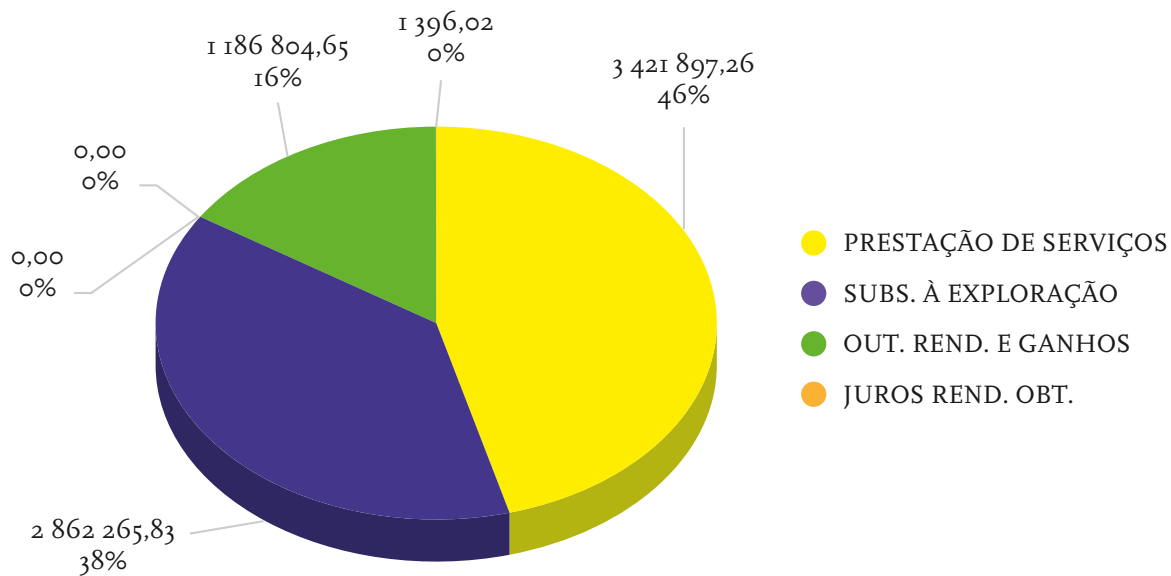
## 6. Análise

### Rendimentos

	2018	2019	DIF.	DIF. %
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3 326 961,78	3 421 897,26	94 935,48	2,85%
SUBS. À EXPLORAÇÃO	2 779 221,53	2 862 265,83	83 044,30	2,99%
TRAB. PRÓP. ENT.	0,00	0,00	0,00	0,00%
REVERSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUT. REND. E GANHOS	1 143 449,16	1 186 804,65	43 355,49	3,79%
JUROS REND. OBT.	2 023,72	1 396,02	-627,70	-31,02%
TOTAL	7 251 656,19	7 472 363,76	220 707,57	3,04%

Verifica-se um aumento dos Rendimentos em 3,04% (€ 220.707,57), devido ao seguinte:

- Aumento da rubrica Prestação de Serviços em 2,85% (€ 94.935,48), essencialmente impulsionada pelo crescimento da área da saúde;
- Aumento da rubrica Subs. à Exploração em 2,99% (€ 83.044,30), principalmente relacionado com a atualização dos acordos, onde se inclui os valores referentes ao aumento de duas camas na Unidade de Cuidados Continuados - uma cama na Unidade de Média Duração e Reabilitação e outra na Unidade de Longa Duração e Manutenção;
- Aumento da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em 3,79%, pelo facto do aumento das contas Serviços Sociais - Reembolsos de Utentes (€ 9.369,94), Outros Proveitos Suplementares (€ 13.966,84).





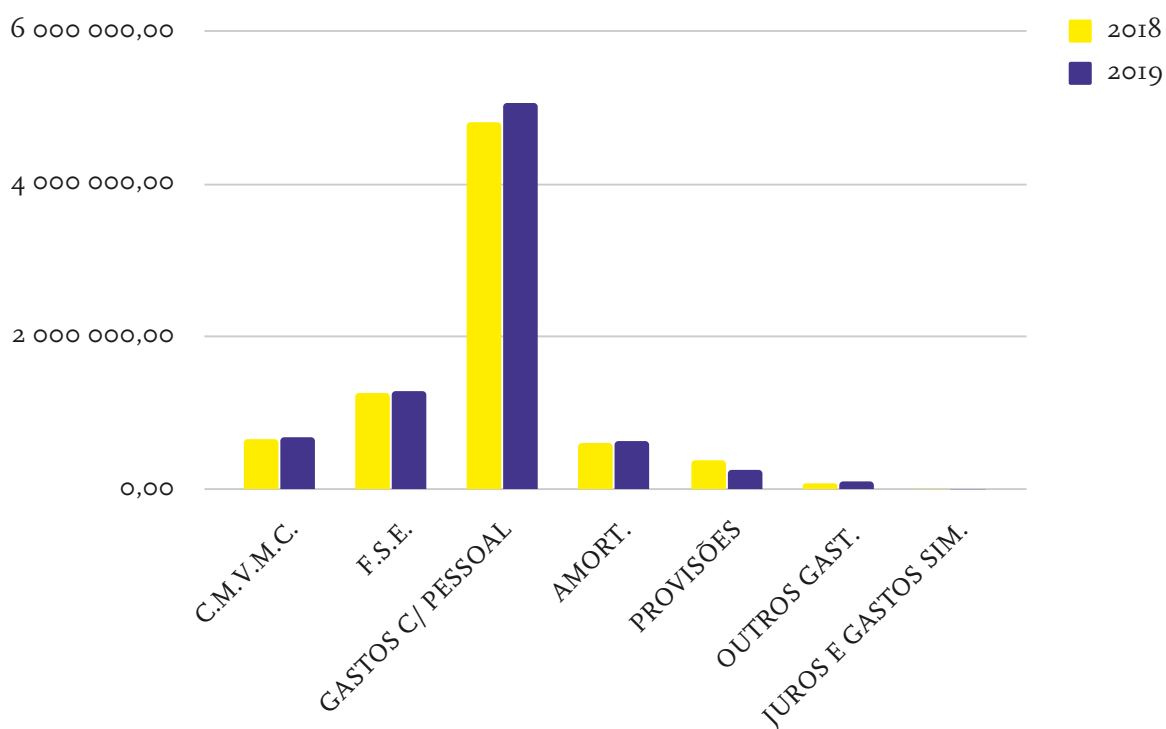
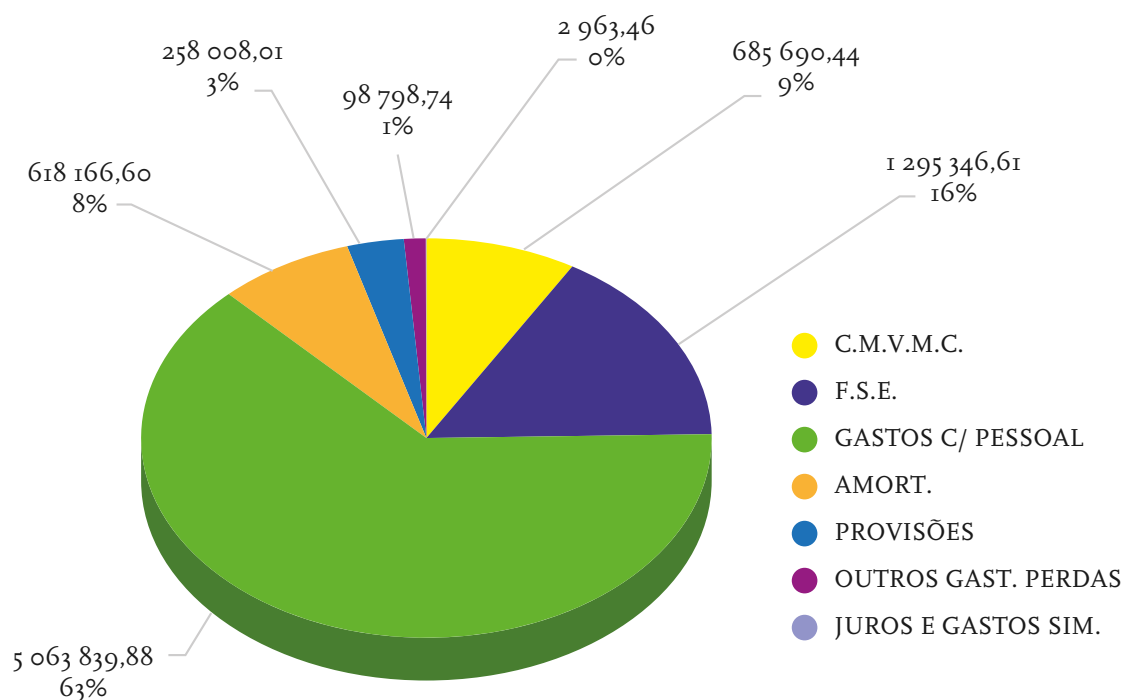


## Gastos

	2018	2019	DIF.	DIF. %
C.M.V.M.C.	655 534,47	685 690,44	30 155,97	4,60%
F.S.E.	1 262 310,28	1 295 346,61	33 036,33	2,62%
GASTOS C/ PESSOAL	4 805 934,73	5 063 839,88	257 905,15	5,37%
AMORT.	608 747,77	618 166,60	9 418,83	1,55%
PROVISÕES	372 671,05	258 008,01	-114 663,04	-30,77%
OUTROS GAST. PERDAS	67 134,37	98 798,74	31 664,37	47,17%
JUROS E GASTOS SIM.	4 726,69	2 963,46	-1 763,23	-37,30%
TOTAL	7 777 059,36	8 022 813,74	245 754,38	3,16%

Os Gastos apresentam um aumento de 3,16% (€ 245.754,38), devido essencialmente ao seguinte:

- Aumento de 5,37% (€ 245.754,38) na rubrica de Gastos C/ Pessoal, pela atualização do salário mínimo nacional e consequente repercussão ponderada nos diversos escalões da instituição;
- Aumento de 4,60% (€ 30.155,97) na rubrica C.M.V.M.C., principalmente relacionado com os aumentos de preços, bem como com o crescimento na prestação de serviços na área da saúde;
- Apesar das poupanças significativas em rubricas como, Gás (€ 2.802,94), Eletricidade (€ 10.959,20), Comunicação (€ 1.615,01), Deslocações e Transporte (€ 2.585,20), Seguros (€ 1.003,11), entre outras, verifica-se um aumento de 2,62% (€ 33.036,33) na rubrica F.S.E., essencialmente devido ao aumento na Conservação de Prédios (€ 12.728,49), Ferramentas e Utensílios (€ 6.014,88), Água, Saneamento e Resíduos (€ 5.078,06) e Encargos com Utentes (€ 5.583,88);
- Não podemos deixar de realçar a exigente e rigorosa política de gestão, onde é desafiado permanentemente o profissionalismo, empenho, transparência e capacidade de sacrifício de todos os colaboradores da instituição, nomeadamente nas rubricas acima referidas onde se verificaram poupanças significativas.





## Resultados

CASH FLOW	2019
Provisões	258 008,01
Amortizações	618 166,80
Resultado Líquido	-525 403,17
Cash Flow	350 771,64

CASH FLOW DE € 350.771,64

- O RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO é de - € 550.449,98
- AMORTIZAÇÕES de € 618.166,80
- PROVISÕES de € 258.008,01

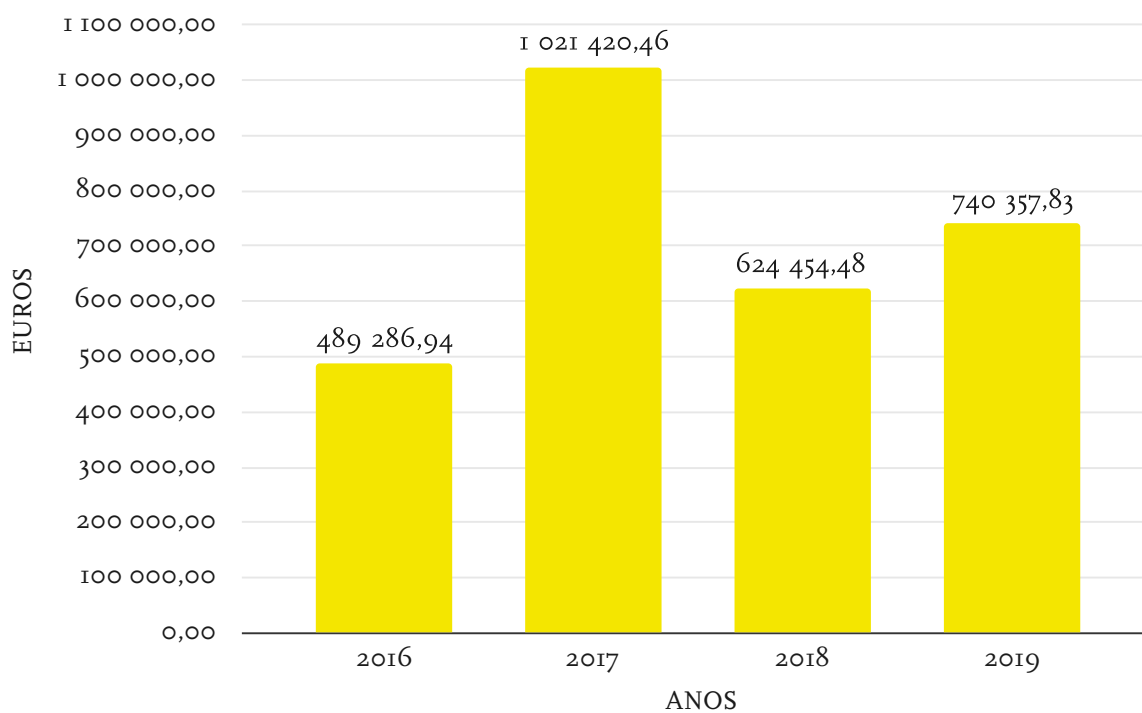
NOTAS:

## REAL VS ORÇADO

Mais uma vez é de relevar a confirmação da apologia feita ao rigor orçamental aquando da apresentação do respetivo documento para 2019, efetivamente projetamos com prudência as receitas – há um desvio positivo de 4,20% (€ 301.013,00) e “pessimismo” na projeção de despesas, exceção feita á rubrica de provisões.

## Investimento

No ano de 2019 foi feito um investimento de € 740.357,83, totalizando no último quadriénio o valor de € 2.875.519,71.





# *Anexos*

*Anexo*

*Parecer do  
Conselho Fiscal*

*Certificação Legal  
das Contas*



MISERICÓRDIA  
DE SANTO TIRSO

**IRMANDADE E SANTA CASA**  
**DA**  
**MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO**

**Anexo**

**27 de Fevereiro de 2020**

---

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	6
4	Activos Fixos Tangíveis .....	11
5	Ativos Intangíveis.....	13
6	Custos de Empestimos obtidos.....	13
7	Inventários.....	13
8	Rendimentos e Gastos.....	14
9	Provisões .....	14
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	14
11	Instrumentos financeiros .....	15
12	Benefícios dos empregados.....	16
13	Acontecimentos após a data do balanço .....	16
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
15	Outras divulgações.....	17



---

## **1 Identificação da Entidade**

---

A “IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S<sup>o</sup> TIRSO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social nos termos do nº1 do artigo 1º do estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83 de 25 de Fevereiro registada na Direção Geral de Ação Social em 14-09-83 no livro das Irmandades da Misericórdia, fls.141 e 141 verso sob o nº 55/83, com sede em Rua da Misericórdia, 171 4780-501 - SANTO TIRSO.

Exerce a sua atividade no campo social, competindo-lhe para a prossecução dos seus objetivos:

- Promover o diagnóstico e implementação de medidas na área da saúde, ação social e afins;
- Estabelecer redes e parcerias com entidades públicas ou privadas para a definição e concretização de estratégias de ação;
- Criar e dinamizar valências para servir a comunidade ou grupos sociais específicos e franjas sociais mais desfavorecidas;
- Garantir o funcionamento das respostas sociais criadas;
- Promover a qualidade dos serviços prestados, de modo a garantir o bem-estar dos utentes;
- Garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação social;
- Promover iniciativas de formação profissional ou de carácter educativo / formativo, para ativos e/ou elementos externos à Instituição, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos mesmos;
- Divulgar as ações desenvolvidas aos Irmãos e à comunidade local;
- Preservar o seu património com valor histórico e artístico;
- Recorrer a iniciativas de financiamento nacionais e comunitárias para a prossecução dos seus fins;
- Gerir o seu património de rendimento, segundo critérios de eficiência e rentabilidade.

---

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

---

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Sector Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC)

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação, que de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo então em vista tão-somente a superação desta lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos da contabilidade da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

---

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime da periodização económica

Os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são respectivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica “Outras Contas a Receber”, em “Devedores por acréscimo de rendimento”. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de “Diferimentos”, em “Rendimentos a reconhecer” ou “Gastos a reconhecer”, respetivamente.

- Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração de apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura da apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados passa as ESNL.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens do balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

- Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

### **3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

#### **3.1 Principais políticas contabilísticas**

##### **a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

###### **a.1) Activos Fixos Tangíveis**

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Para os terrenos e edifícios optou-se pelo modelo de revalorização dado que a generalidade dos mesmos foi adquirida antes de 1999 (registo informático disponível), não sendo possível identificar de forma inequívoca o seu valor de aquisição. Neste sentido, o processo de avaliação dos imóveis foi finalizado no exercício anterior.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo activo são movimentadas contra a respectiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos activos revalorizados, sendo consideradas sempre que estas difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os activos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, são também transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo

---

que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### **a.2) Activos Intangíveis**

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As depreciações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, tendo sido estimada uma vida útil de 3 anos para os Programas de Computador.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita é assumido como sendo zero.

#### **a.3) Investimentos financeiros**

O registo está efetuado pelo custo de aquisição no que se refere às participações de capital. Relativamente aos títulos da dívida pública, anualmente são retificados pelo valor do mercado.

#### **a.4) Inventários**

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo de aquisição.

#### **a.5) Instrumentos Financeiros**

##### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Encontram-se registadas nesta rubrica, pela quantia realizável, as quotas, procedentes dos irmãos, com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente, quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

### **a.6 ) Subsídios do Governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração de resultados do período em que os programas ou contratos são realizados, independentemente da data do seu

recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

#### **a.7) Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **a.8) Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente



---

derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

#### **b). Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **4 Activos Fixos Tangíveis**

---

Os activos tangíveis, com excepção das classes de terrenos, edifícios e objectos de arte, estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os bens da classe de terrenos, edifícios e objectos de arte estão valorizados de acordo com o modelo de revalorização, segundo o qual um activo fixo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e perdas de imparidade subsequentes.

No caso de bens do activo fixo tangível atribuídos a título gratuito, o custo pode ser desconhecido. Nestes casos, os bens podem ser mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos de mensuração no reconhecimento.

Os bens do activo fixo tangível são depreciados de acordo com o método da linha recta. De acordo com esse método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / abates	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	8.375.072					8.375.072
Edifícios e outras construções	25.178.101	25.220				25.203.321
Equipamento básico	1.242.951	16.774				1.259.725
Equipamento de transporte	418.637	30.900				449.537
Equipamento administrativo	547.724	7.694		1.946		553.472
Outros Ativos fixos tangíveis	949.996	26.596	105.000			871.592
<b>Total</b>	<b>36.712.481</b>	<b>107.184</b>	<b>105.000</b>	<b>1.946</b>		<b>36.712.719</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	2.037.791	508.613				2.546.404
Equipamento básico	1.176.304	41.432				1.217.736
Equipamento de transporte	378.077	22.370				400.447
Equipamento administrativo	495.029	25.215		1.947		518.297
Outros Ativos fixos tangíveis	342.767	18.813				361.580
<b>Total</b>	<b>4.429.968</b>	<b>616.443</b>		<b>1.947</b>		<b>5.044.464</b>

#### Activos Fixos Tangíveis em Curso

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Residências	41.183	96.664		7.415		130.432
Reabilitação Casa Repouso	155.632	43.771				199.403
UCC ULD (Arco)	84.708	500.153				584.861
<b>Total</b>	<b>281.523</b>	<b>640.588</b>		<b>7.415</b>		<b>914.696</b>

## 5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2019 mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	148.094		655			147.439
<b>Total</b>	<b>148.094</b>		<b>655</b>			<b>147.439</b>
Programas de Computador	146.371	1.723	655			147.439
<b>Total</b>	<b>146.371</b>	<b>1.723</b>	<b>655</b>			<b>147.439</b>

## 6 Custos de empréstimos obtidos

Descrição	2019	2018
Juros de Financiamentos obtidos (Conta Cauionada)	712	1.231
Juros de Locação Financeira	2.251	3.496

## 7 Inventários

Os inventários encontram-se mensurados ao custo histórico.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27.313	662.443	1.116	35.338	688.276	500	38.424
<b>Total</b>	<b>27.313</b>	<b>662.443</b>	<b>1.116</b>	<b>35.338</b>	<b>688.276</b>	<b>500</b>	<b>38.424</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				655.534	685.690		

## 8 Rendimentos e gastos

Um reconhecimento de um redito exige que (i) a respetiva quantia possa ser fiavelmente mensurada, (ii) que seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade, e (iii) que os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Para os períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO  
Rua da Misericórdia, 171  
4780-501 - SANTO TIRSO  
NIF:500 852 502 - Publicação em Diário da República

Descrição	2019	2018
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores e estadias	2.069.070	2.063.200
Quotas e joias	214.798	265.047
Serviços secundários	1.138.030	998.714
<b>Juros</b>	1.396	2.024
<b>Total</b>	<b>3.423.294</b>	<b>3.328.985</b>

## 9 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No exercício, foi reconhecido como provisão, o valor de 258.008,01 euros, referente a responsabilidades futuras assumidas, com os clientes/utentes, das valências residenciais. De acordo com os contratos celebrados com estes utentes, a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, obriga-se à prestação de serviços de alojamento, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde básicos, higiene e conforto pessoal e acompanhamento psicossocial a título vitalício.

## 10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo são auxílios do Governo na forma de transferência de recursos para uma entidade em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade.

Foram concedidos à Entidade subsídios do Governo relacionados com a aquisição de ativos, ou seja, subsídios cuja condição primordial é a de que a entidade que a eles se propõe deve comprar, construir ou por qualquer forma adquirir ativos, e subsídios relacionados com rendimentos.

A 31 de Dezembro de 2018 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Subsídios à Exploração”:

Descrição	2019	2018
<b>Subsídios do Governo relacionados com ativos</b>		
Comiss. Regional Norte Luta Contra a Pobreza	5.515	5.515
Programa Operacional Integrar	4.988	4.988
Ministério do Trabalho e da Solidariedade	10.050	10.072
Saúde XXI	2.000	2.000
ARS Norte-Programa Modular	15.000	15.000
Câmara Municipal de Santo Tirso	2.500	2.500
Fundo Rainha Dona Leonor	3.339	3.339
Programa Operacional Regional do Norte	13.174	13.175
IFAP	1.114	1.114
<b>Total</b>	<b>57.680</b>	<b>57.703</b>
<b>Subsídios do Governo relacionados com rendimentos</b>		
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	2.137.397	2.086.220
ARS (Acordos Cooperação)	605.062	553.638
Secretaria- Geral Ass. Parlamentares e Igualdade	30.600	126.354
POISE – 03-4437-FSE -000185	85.587	
Outros	3.620	13.009
<b>Total</b>	<b>2.862.266</b>	<b>2.779.221</b>

## 11 Instrumentos financeiros

Contratos Locação Financeira	2020	>2020
Banco BPI,SA	5.708	15.607
Montepio Crédito, SA	15.921	14.979
Hewlett-Packard Portugal, Lda.	9.977	

## 12 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 350 e em 31/12/2018 foi de 351.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	4.148.513	3.930.377
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	852.590	803.798
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	43.088	47.285
Outros Gastos com o Pessoal	19.649	24.475
<b>Total</b>	<b>5.063.840</b>	<b>4.805.935</b>

## 13 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

## 14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 15 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 15.1 Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

### 15.2 Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	28.628	93.330
IMT – reembolsos pedidos	34.938	34.938
<b>Total</b>	<b>63.566</b>	<b>128.268</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	26.288	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	37.204	39.430
Outras Tributações	568	477
Segurança Social	180.013	170.429
<b>Total</b>	<b>244.073</b>	<b>210.336</b>

### 15.3 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Activo</b>		
Quotas	3.140	2.715
<b>Total</b>	<b>3.140</b>	<b>2.715</b>

#### 15.4 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes a)	355.069	338.065
Utentes	53.531	38.427
<b>Clientes e Utentes com potencial imparidade</b>		
Clientes	550	
Utentes	0	0
<b>Total</b>	<b>409.150</b>	<b>376.492</b>

a) ARS, ADSE e ISS

Nos períodos de 2019 e 2018 encontram-se reconhecidas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	2018
Clientes	6.895	3.500
Utentes		
<b>Total</b>	<b>6.895</b>	<b>3.500</b>

#### 15.5 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos ao pessoal	100	984
Outros Devedores	173.617	159.671
<b>Total</b>	<b>173.717</b>	<b>160.655</b>

Em 2019, o saldo de outros devedores corresponde essencialmente à Secretaria-Geral dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e à verba aprovada pelo POISE-Centro de Emergência IRIS.



## 15.6 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	4.780	3.280
<b>Total</b>	<b>4.780</b>	<b>3.280</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	8.957	10.460
<b>Total</b>	<b>8.957</b>	<b>10.460</b>

## 15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	19.919	13.909
Depósitos à ordem	221.148	418.721
Depósitos a prazo	353.200	277.522
Outros		
<b>Total</b>	<b>594.267</b>	<b>710.152</b>

## 15.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.117.462			3.117.462
Resultados transitados	3.424.121	305.528	525.403	3.204.246
Excedentes de revalorização	20.755.235		305.528	20.449.707
Subsídios	2.067.841	4.506	56.566	2.015.781
Doações	2.202.848	500	113.506	2.089.842
<b>Total</b>	<b>31.567.507</b>	<b>310.534</b>	<b>1.001.003</b>	<b>30.877.038</b>

Os movimentos ocorridos na rubrica de resultados transitados correspondem à aplicação do resultado líquido do período anterior 525.403€ e ao excedente das reservas de revalorização libertado do exercício 305.528€.

As outras variações de fundos patrimoniais incluem as doações e os subsídios ao investimento.

### 15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	427.277	394.138
<b>Total</b>	<b>427.277</b>	<b>394.138</b>

### 15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal (Remunerações a pagar)		695.175		645.461
Fornecedores de Investimentos		333.957		53.352
Outros credores		75.678		73.867
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1.104.810</b>	<b>0</b>	<b>772.680</b>

### 15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.859.898	2.776.905
Subsídios de outras entidades	2.368	2.317
Doações e heranças		105.000
Legados		
<b>Total</b>	<b>2.862.266</b>	<b>2.884.222</b>

### 15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	234.714	219.830
Serviços especializados	499.011	478.979
Materiais	46.742	40.819
Energia e fluidos	393.484	400.262
Deslocações, estadas e transportes	4.093	6.678
Serviços diversos	117.303	115.742

<b>Total</b>	<b>1.295.347</b>	<b>1.262.310</b>
--------------	------------------	------------------

### 15.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	544.834	532.979
Descontos de pronto pagamento obtidos	79	122
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	435.326	321.463
Outros rendimentos e ganhos	157.898	248.462
Diferenciais apurados pela Seg. Social (LJLA)	48.667	40.423
<b>Total</b>	<b>1.186.804</b>	<b>1.143.449</b>

### 15.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	7.528	6.585
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Perdas em inventários	186	815
Gastos e perdas investimentos não financeiros	25.000	1.394
Outros Gastos e Perdas	59.190	58.189
<b>Total</b>	<b>91.904</b>	<b>66.983</b>

### 15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1.396	2.024
Juros suportados	2.963	4.727
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-1.567</b>	<b>-2.703</b>

## 15.16 Órgãos Diretivos

### CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2019-2022

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Dr.
Vice-Presidente	- José Pedro Castro C. Morêda Miranda, Dr.
Secretário	- António Lerenó Sousa Machado, Eng.º

#### MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- Hélder Roberto Vilela Araújo, Eng.º
Secretária	- Maria Teresa Andrade Polónia, Dra.
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Batista, Dr.
Vogais	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres, Dra. - Duarte Manuel de Faria Gonçalves, Dr. - Lucília Maria da Costa Afonso, Dra.

Substitutos - José Luis de Sousa Marques

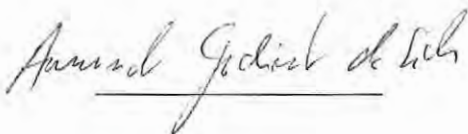
#### CONCELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro, Dr.
Vice-Presidente	- Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Eng.º
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa, Eng.º

Substitutos - Sérgio Miguel Azevedo Carneiro  
- Emílio Castelar Oliveira  
- Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

Santo Tirso, 27 de Fevereiro de 2020.

O Contabilista Certificado,



O Provedor,





## PARECER CONSELHO FISCAL

Nos termos do Artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, vimos dar-lhes conhecimento da acção fiscalizadora para que fomos mandatados e emitir parecer sobre as Contas e o Relatório elaborados pela sua Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Através do acompanhamento próximo efetuado, tendo em conta a certificação legal de contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal teve oportunidade de aferir da actividade desenvolvida pela Mesa Administrativa e manteve contactos com os serviços com vista ao esclarecimento das contas, da parte de quem sempre teve a melhor colaboração.

Por outro lado, através de testes substantivos, procedeu-se à análise do relato financeiro e do suporte documental de saldos e das asserções contabilísticas, tendo concluído pela sua regularidade. Acresce ainda que o relatório nos satisfaz quanto à descrição da actividade desenvolvida e quanto à compreensão das contas.

É ainda de relevar que, a informação constante neste Relatório traduz as opções estratégicas estabelecidas no Plano de Atividades e Orçamento para o ano em apreço.

Em conclusão, emitimos o nosso **PARECER**:

Nos termos da alínea c) do Artigo 31º do Compromisso, entendemos que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório e as Contas do ano 2019 apresentados pela Mesa Administrativa.

Registamos com apreço a dedicação que a Mesa Administrativa aplica no cumprimento dos seus objetivos, onde está inerente a constante procura de respostas às necessidades da comunidade.



Por fim, não podemos deixar de realçar o empenho e a entrega de todos os Colaboradores da Santa Casa pelo esforço constante na manutenção dos elevados padrões de qualidade dos serviços prestados e nos resultados atingidos.

Assim, propomos um voto de louvor à Mesa Administrativa e a todos os Colaboradores.

Santo Tirso, em 12 de Março de 2020

**O CONSELHO FISCAL.**

António Jorge Pereira Ribeiro, Dr. - Presidente

Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Engº - Vice- Presidente

Alípio Agostinho Martins Sousa, Engº - Secretário



## PARECER CONSELHO FISCAL

Nos termos do Artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, vimos dar-lhes conhecimento da acção fiscalizadora para que fomos mandatados e emitir parecer sobre as Contas e o Relatório elaborados pela sua Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Através do acompanhamento próximo efetuado, tendo em conta a certificação legal de contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal teve oportunidade de aferir da actividade desenvolvida pela Mesa Administrativa e manteve contactos com os serviços com vista ao esclarecimento das contas, da parte de quem sempre teve a melhor colaboração.

Por outro lado, através de testes substantivos, procedeu-se à análise do relato financeiro e do suporte documental de saldos e das asserções contabilísticas, tendo concluído pela sua regularidade. Acresce ainda que o relatório nos satisfaz quanto à descrição da actividade desenvolvida e quanto à compreensão das contas.

É ainda de relevar que, a informação constante neste Relatório traduz as opções estratégicas estabelecidas no Plano de Atividades e Orçamento para o ano em apreço.

Em conclusão, emitimos o nosso **PARECER**:

Nos termos da alínea c) do Artigo 31º do Compromisso, entendemos que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório e as Contas do ano 2019 apresentados pela Mesa Administrativa.

Registamos com apreço a dedicação que a Mesa Administrativa aplica no cumprimento dos seus objetivos, onde está inerente a constante procura de respostas às necessidades da comunidade.



Por fim, não podemos deixar de realçar o empenho e a entrega de todos os Colaboradores da Santa Casa pelo esforço constante na manutenção dos elevados padrões de qualidade dos serviços prestados e nos resultados atingidos.

Assim, propomos um voto de louvor à Mesa Administrativa e a todos os Colaboradores.

Santo Tirso, em 12 de Março de 2020

**O CONSELHO FISCAL.**

*António Jorge Pereira Ribeiro, Dr. - Presidente*

*Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Engº - Vice- Presidente*

*Albino Agostinho Martins Sousa, Engº - Secretário*





HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida  
João Duarte Santos Coelho  
António José Gonçalves

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO** ( a Entidade ), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 33 905 179 euros e um total de fundos patrimoniais de 30 326 588 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 550 450 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;



**HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida  
João Duarte Santos Coelho  
António José Gonçalves

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



**HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida  
João Duarte Santos Coelho  
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 11 de Março de 2020

**HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC**  
representada por:

**JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA - ( ROC nº 698 )**

MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO

Rua da Misericórdia, 171  
4780-501 Santo Tirso

252 808 260

[santacasa@ismst.pt](mailto:santacasa@ismst.pt)

